



# Diário Oficial

## Estado de São Paulo

Geraldo Alckmin - Governador

PODER  
Executivo

SEÇÃO I

10 anos

imprensaoficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Palácio dos Bandeirantes Av. Morumbi 4.500 Morumbi São Paulo CEP 05650-000 Tel. 2193-8000

Volume 122 • Número 63 • São Paulo, terça-feira, 3 de abril de 2012

www.imprensaoficial.com.br

## Decretos

DECRETO Nº 57.932,  
DE 2 DE ABRIL DE 2012

*Institui o Plano de Relações Internacionais 2011 - 2014 do Governo do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas*

GERALDO ALCKMIN, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

### Decreto:

Artigo 1º - Fica instituído o Plano de Relações Internacionais 2011 - 2014, que estabelece os eixos orientadores da atuação internacional do Governo do Estado de São Paulo, nos termos do Anexo que faz parte integrante deste decreto.

Artigo 2º - A Unidade de Apoio ao Assessoramento em Assuntos Internacionais, da Casa Civil, será responsável pela coordenação das ações necessárias visando a implementação do Plano instituído pelo artigo 1º deste decreto.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 2 de abril de 2012

GERALDO ALCKMIN

*Sidney Estanislau Beraldo*

Secretário-Chefe da Casa Civil

Publicado na Casa Civil, aos 2 de abril de 2012.

Anexo

a que se refere o artigo 1º do

Decreto nº 57.932, de 2 de abril de 2012

SÃO PAULO NO MUNDO

PLANO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

2011 - 2014

1. CONTEXTO INTERNACIONAL E NACIONAL

A cada século que transcorre, novos atores emergem e estabelecem-se no cenário internacional. Se os séculos XVII e XVIII testemunharam a formação e internacionalização de Estados soberanos, no século XIX, emergiram as primeiras organizações internacionais e, no século XX, surgiram as organizações não governamentais (ONGs). O século XXI não é alheio a essa tendência de mudança. Neste século, as relações internacionais abrem as portas aos estados federados, que injetam novo dinamismo na complexa rede de relações internacionais.

Embora encontremos ao longo da história períodos em que a ação internacional de cidades e de regiões fosse a norma, como na antiga Grécia, nunca antes entidades subnacionais manifestaram tanta disponibilidade para buscar seus espaços próprios na arena internacional. A flexibilização das fronteiras, propiciada pela globalização e expansão dos mercados, estimula a participação direta do poder local nas relações internacionais. Estados federados captam mais facilmente as demandas da população, transformando-as em políticas concretas e compartilhadas. A "diplomacia federativa", que consiste no envolvimento de governos não centrais nas relações internacionais está, assim, diretamente relacionada com a necessidade de procurar recursos globais para satisfazer interesses locais. Política doméstica e política externa complementam-se mutuamente.

Vários fenômenos domésticos têm preparado o Brasil para a diplomacia federativa. A redemocratização, ocorrida nos anos 1980, possibilitou maior participação da população nas questões de caráter internacional. Nos anos 1990, a abertura e estabilização econômica permitiram o fortalecimento da presença do país no sistema internacional. Hoje, o Brasil é reconhecidamente um ator com vocação global, o que demanda maior internacionalização de todas as entidades públicas e privadas brasileiras.

Concomitantemente, as relações internacionais são crescentemente pautadas pela multipolaridade e pela emergência da América Latina, Oriente Médio e Ásia como eixos vitais da economia global. Com a presente crise econômica internacional - iniciada com a crise financeira de 2007-2008 e aprofundada, em 2010-2011, com o problema das dívidas soberanas dos países periféricos da área do euro - o dinamismo da economia mundial passou a depender mais dos países em desenvolvimento. As políticas monetárias e fiscais adotadas por estes países conseguiram rapidamente reverter os efeitos da crise financeira internacional. Além disso, a recuperação da demanda externa e a expansão do mercado interno provocaram crescimento acentuado de suas economias. Pode-se constatar que os países emergentes se desacoplaram dos ciclos dos países desenvolvidos. Neste cenário, a atenção da comunidade internacional tem estado centrada no Brasil, como mercado consumidor amplo que desfruta de estabilidade macroeconômica e grau baixo de vulnerabilidade a choques externos e domésticos.

São Paulo, como coração econômico do Brasil, necessita, por isso, estar preparado para atender às novas demandas globais. As expectativas de crescimento do PIB paulista são da ordem de 4,5% ao ano no período 2012-2015. Mantendo essa trajetória, o PIB per capita paulista dobraria seu valor em 2030, aproximando-se do hoje vigente em países como Itália, França e Japão. Este dinamismo é facilitado e potencializado pela base de infraestrutura de que dispõe São Paulo, pela importante rede de ensino em todos os níveis, especialmente técnico e superior, e pelos contínuos investimentos em pesquisa e formação de pessoal altamente qualificado por parte do governo estadual.

São Paulo atravessará também uma conjuntura demográfica favorável, devido à retração da fecundidade e à ampliação da esperança de vida. Este movimento leva o Estado de São Paulo a um período especialmente positivo em termos de oportunidades de desenvolvimento social e ambientalmente sustentável, pois é nele que se observa o bônus demográfico.

Atendendo a estes desafios, todas as Secretarias estaduais do Governo iniciaram recentemente um movimento robusto de internacionalização de suas atividades, seja através da adoção de convênios de cooperação, da promoção de suas atividades no exterior, da atração de investimentos ou do intercâmbio de boas práticas com parceiros estrangeiros.

Neste contexto, o Plano de Relações Internacionais 2011-2014 orienta as ações do Governo de São Paulo na área das relações internacionais com horizonte de quatro anos, de forma a promover o desenvolvimento sustentável do Estado de São Paulo, elevar sua influência continental e global e contribuir para a cooperação entre os povos.

### 2. VOCAÇÃO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO

São Paulo é, historicamente, uma região voltada para o mundo. São Paulo de Piratininga, fundada em 1554, nasceu pela intervenção direta de dois jesuítas nascidos fora do Brasil. Nos séculos seguintes, largos milhões de imigrantes aqui aportaram para transformar São Paulo na potência econômica que é hoje.

O Estado é, desta forma, um dos mais cosmopolitas em nível mundial, abrigando vastas populações de diferentes culturas provenientes das mais variadas áreas geográficas. São Paulo abriga as maiores comunidades italiana, japonesa, portuguesa e libanesa fora dos respectivos países de origem. Cerca de 150 nacionalidades estão representadas no Estado. As relações internacionais fazem parte da constituição genética de São Paulo.

Os atributos geográficos, demográficos e econômicos de São Paulo também estimulam a sua internacionalização. Com 248.808 km² (área similar ao Equador ou às Filipinas) e 41 milhões de habitantes (equivalente à Argentina), São Paulo é um operador natural na área internacional. Adicionalmente, o Estado, pertencente ao grupo das 20 maiores economias em nível mundial, é o coração econômico da América do Sul. A capital de São Paulo é o centro financeiro da região, abrigando a sede das principais instituições bancárias nacionais e a BM&FBovespa - a terceira maior bolsa do mundo em valor de mercado. São Paulo também é líder em inovação. O Estado produz metade da ciência feita no Brasil, cientistas em São Paulo publicam mais artigos científicos e as universidades paulistas titulam mais doutores do que em qualquer país da América Latina. O dinamismo financeiro, industrial e econômico de São Paulo está, assim, alicerçado na abertura e no intercâmbio diário com o mundo.

A atuação internacional do Estado de São Paulo é feita em harmonia com o modelo constitucional e federativo brasileiro e pautada, como Estado da federação, pela observância dos princípios que regem a política externa brasileira e as relações diplomáticas do Brasil. O espírito federalista da Constituição de 1988 criou oportunidades para que São Paulo desenvolvesse uma atuação internacional centrada na projeção dos seus interesses específicos. Essa inserção internacional é um instrumento indispensável ao crescimento econômico e ao desenvolvimento humano do Estado e do País.

### 2.1. Governo de São Paulo

O Governo estabeleceu o primeiro órgão responsável por sua atuação internacional em março de 1991, quando foi criada a Assessoria Especial de Assuntos Internacionais, com status de Secretaria de Estado (gestão Luiz Antônio Fleury Filho). Em novembro do mesmo ano, foi também instituído o Sistema Paulista de Promoção Internacional, objetivando a promoção de um maior grau de inserção da economia paulista no cenário internacional.

Dificuldades na implementação desta estrutura levaram à extinção da Assessoria em 1996. Só em 2005, as relações internacionais foram novamente integradas na estrutura do Governo por meio da criação da Unidade de Assessoramento em Assuntos Internacionais (comumente designada como "Assessoria Especial para Assuntos Internacionais"), na estrutura da Casa Civil (gestão Geraldo Alckmin). Seu objetivo era coordenar as atividades internacionais do Estado de São Paulo no exterior em articulação com as respectivas secretarias estaduais. Esta estrutura mantém-se nos dias de hoje.

A estrutura de relações externas do Governo de São Paulo inclui também a Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade (Investe SP) e a Companhia Paulista de Eventos e Turismo S/A (TUR.SP). A Investe SP, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, foi criada em 2008 para reforçar a capacidade do Estado em atrair investimentos estrangeiros. A agência tem como missão ser a porta de entrada das empresas que pretendem se instalar ou expandir seus empreendimentos no Estado de São Paulo, gerando, dessa forma, emprego e renda. A TUR.SP, por outro lado, está vinculada à Secretaria de Turismo e tem a finalidade de planejar, fomentar, desenvolver e coordenar as ações institucionais nas áreas de turismo, eventos, recreação e lazer, de interesse do Estado e seus Municípios.

Sob coordenação da Unidade de Assessoramento em Assuntos Internacionais, as relações internacionais do Governo de São Paulo são executadas concertadamente por vários órgãos e entidades governamentais - Secretarias estaduais, Empresas, Autarquias e Fundações - com a missão comum de tornar São Paulo um ator preponderante no cenário global.

### 3. OBJETIVOS GERAIS, PRIORIDADES E METAS ESPECÍFICAS

Este Plano é dividido em 3 objetivos gerais, que estabelecem os eixos orientadores da atuação internacional do Governo. Cada objetivo geral inclui prioridades setoriais e metas específicas quantificáveis. Ao todo, o Plano integra 16 prioridades e 54 metas específicas.

#### OBJETIVOS GERAIS

Promover o desenvolvimento sustentável do Estado de São Paulo, harmonizando seus pilares econômico, social e ambiental e garantindo o bem-estar das futuras gerações;

Elevar o nível de participação do Estado de São Paulo no contexto da intensificação do papel regional e global do Brasil;

Contribuir para a governança democrática e o desenvolvimento de parcerias entre os povos.

Promover o desenvolvimento sustentável do Estado de São Paulo, harmonizando seus pilares econômico, social e ambiental e garantindo o bem-estar das futuras gerações

O fomento do crescimento sustentável como forma de melhoria da qualidade de vida da população é central na estratégia do Governo. Os instrumentos que potencializam esta estratégia não estão, todavia, necessariamente circunscritos às dimensões interna e nacional. Como ator mundial, o Governo de São Paulo atua também internacionalmente na obtenção de recursos e práticas que impactem positivamente na qualidade de vida da população do Estado.

Sua economia já é a mais internacionalizada do Brasil. O Estado exportou cerca de US\$ 52 bilhões em 2010, respondendo por 26% das exportações brasileiras e recebeu, ao longo da última década, cerca de 40% do fluxo de investimentos estrangeiros diretos no Brasil, principalmente nos setores de telecomunicações, energia, infraestrutura, serviços, agronegócio e automotivo.

O primeiro objetivo do Plano de Relações Internacionais integra também as diretrizes da Administração Pública Estadual e do Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015: Estado promotor do desenvolvimento humano com qualidade de vida; Estado indutor do desenvolvimento econômico comprometido com as futuras gerações; Estado integrador do desenvolvimento regional e metropolitano; e Estado criador de valor público pela excelência da gestão.

#### Prioridades

Atingir e, quando possível, superar em São Paulo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU, compromisso político adotado por 191 chefes de Estado em 2000, que sintetizam as prioridades globais de desenvolvimento e definem metas sociais a serem alcançadas.

Atrair investimentos estrangeiros estratégicos para o Estado de São Paulo, de forma a fomentar a criação de emprego e o aumento de renda;

Atuar em coordenação com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX Brasil) e o Departamento de Promoção Comercial e Investimentos (DPR), do Ministério das Relações Exteriores, na formulação e implementação de políticas e programas de estímulo à exportação de bens e serviços de alto valor agregado pelas empresas privadas estabelecidas no Estado;

Assegurar a captação de empréstimos e financiamentos externos, com autorização das instâncias federais, para atender à realização de projetos de interesse do Estado;

Adotar programas de intercâmbio e cooperação nas áreas econômica, científica, técnica, tecnológica, cultural e comercial, entre as secretarias estaduais e atores internacionais, como Estados soberanos, entidades subnacionais, organizações internacionais, Organizações Não Governamentais (ONGs), empresas multinacionais, entre outros;

Promover o Estado de São Paulo como destino turístico e centro de cultura;

Qualificar a mão de obra e preparar os cidadãos paulistas para a inserção nos mercados globais, especialmente fomentando a inovação, o empreendedorismo, o ensino de idiomas, a formação técnico-científica e a inclusão social;

#### Metas específicas

Atrair investimentos, nacionais e estrangeiros, no setor produtivo da economia de forma a criar 1,5 milhões de novos empregos até 2014. Visando este objetivo, serão adotadas várias ações como o mapeamento das demandas do empreendedor, proposição de redução ou compensação de tributos, apresentação de incentivos e marco regulatório para o transporte intermodal, proposição política de incentivos econômicos e desenvolvimento de parcerias com parques tecnológicos, incubadoras de empresas, agências públicas e entidades de fomento (Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia);

Apoiar medidas específicas que contribuam para a redução dos custos da produção, a simplificação tributária e a desburocratização, visando o desenvolvimento de um ambiente de negócios internacional, dinâmico e competitivo (Secretaria da Fazenda e Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia);

Fortalecer a educação profissional do Estado de São Paulo através da adoção de programas de cooperação internacional que permitam o desenvolvimento técnico e científico dos recursos humanos e do estabelecimento de parcerias entre as Faculdades de Tecnologia (FATECs) e Escolas Técnicas Estaduais (ETECs) com instituições internacionais, visando a transferência tecnológica, partilha de material bibliográfico e didático, intercâmbio de professores e alunos, capacitação, assistência técnica e organização de eventos científicos, técnicos e tecnológicos (Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia);

Criar condições para que o investimento em Pesquisa e Desenvolvimento em São Paulo atinja 2% do PIB estadual e incentivar, através da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e das universidades e centros de pesquisa, a internacionalização da pesquisa científica e tecnológica, da inovação e do conhecimento paulista (Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia);

Estimular o investimento de empresas estrangeiras em centros de pesquisa, desenvolvimento e inovação, de caráter público ou privado, localizados no Estado de São Paulo (Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia);

Implementar a Manifestação de Interesse da Iniciativa Privada (MIP), de forma a incentivar a participação do setor privado - com origem nacional ou internacional - em obras e serviços públicos por meio de parcerias público-privadas (PPPs) e ampliar os investimentos em até R\$ 25 bilhões por meio de recursos captados via PPPs (Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional);

Contratar recursos em moeda estrangeira, dentro dos limites de endividamento autorizados pelo Governo Federal, com entidades financeiras internacionais e organismos multilaterais de crédito (Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Corporação Andina de Fomento (CAF), Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), Banco Japonês para Cooperação Internacional (JBIC), Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), Banco de Desenvolvimento da China, Banco Europeu de Investimentos, dentre outros (Secretaria da Fazenda e Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional);

Assegurar linhas de crédito e assistência técnica e adotar acordos de cooperação internacional para o desenvolvimento dos principais programas de saneamento básico e de recursos hídricos no Estado, que incluem o programa de Despoluição do Rio Tietê (etapas III e IV), Programa Mananciais, Programa Reação, Programa Onda Limpa, Programa de Combate a Enchentes e o Parque Várzeas do Tietê, que será o maior parque linear do mundo e beneficiará diretamente 3 milhões de pessoas (Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos);

Adotar o Programa Paulista de Petróleo e Gás Natural (PPGN) e dotar o Conselho Estadual de Petróleo e Gás Natural do Estado de São Paulo (CEPEG) de capacidades técnicas na área das relações internacionais, para monitorar boas práticas internacionais e promover a atração de investimentos estrangeiros centrados na exploração da camada pré-sal (Secretaria de Energia);

Inserir os estudantes do ensino médio no mundo internacionalizado das Ciências (biologia, física, química, matemática) por meio da criação dos Centros de Ciências no Estado de São Paulo (Secretaria da Educação);

Promover o ensino de línguas estrangeiras, especificamente, inglês, castelhano, francês, italiano, alemão, japonês e mandarim, através da ampliação da rede de Centros de Estudos de Línguas (CELS), atingindo 100 mil alunos até 2014, e da criação da Escola Virtual de Programas Educacionais (EVESP) para oferecimento de cursos de inglês online (Secretaria da Educação);

Promover a internacionalização do Ensino Médio da rede pública por meio de intercâmbios internacionais de curta duração de professores e estudantes de idiomas dos CELS, tendo como objetivo o aperfeiçoamento linguístico e a conscientização de diferenças culturais e seu impacto no mundo do trabalho (Secretaria da Educação);

Estabelecer programa de estágios em empresas multinacionais para os alunos do ensino médio da rede pública escolar. Ao promover o contato com uma realidade competitiva e internacional, o programa prepara o aluno para a vida cidadã aumentando o seu grau de empregabilidade no futuro (Secretaria da Educação);

Executar o Programa de Erradicação da Extrema Pobreza em São Paulo em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), adotando o questionário desenvolvido pelo PNUD para diagnosticar a situação de famílias em situação de vulnerabilidade social grave (Secretaria de Desenvolvimento Social);

Estabelecer como requisito o domínio de, ao menos, duas línguas estrangeiras a todos os oficiais superiores da Polícia Militar que se candidatam a programas de mestrado e doutoramento no Centro de Altos Estudos da Polícia Militar, e atender em cinco línguas às ligações para o telefone 190 (emergência) do COPOM (Centro de Operações da Polícia Militar) (Secretaria da Segurança Pública);

Combater redes nacionais e internacionais de exploração sexual de mulheres, a exploração do trabalho escravo de estrangeiros no Estado e o tráfico de seres humanos, e integrar ações internacionais articuladas de combate ao tráfico de drogas. Estas políticas deverão contar com o intercâmbio internacional de tecnologia e ferramentas de inteligência no combate ao crime (Secretaria da Segurança Pública);

Implantar o Centro de Excelência em Tecnologia e Inovação em Benefício das Pessoas com Deficiência (CETI-D) por meio da formulação de parcerias com empresas multinacionais e divulgar, em âmbito internacional, pesquisa e desenvolvimento nesta área, em cumprimento da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência);

Fomentar a sustentabilidade da política de habitação social do Estado de São Paulo através da adoção de intercâmbios e cooperações técnicas com entidades internacionais e da organização de cúpula internacional sobre Economia Verde e Construção Sustentável, em São Paulo, em 2012 (Secretaria da Habitação);

Atender às necessidades especiais dos cerca de 2 mil presos estrangeiros dispostos nas unidades prisionais do Estado de São Paulo através de ações que potencializem a sua integração e promovam o contato com a sua cultura de origem, como o fomento de contatos bilaterais com os governos dos países de origem; disponibilização de obras em línguas estrangeiras nas bibliotecas das unidades prisionais; ensino de línguas estrangeiras aos servidores que atuam nas penitenciárias, assim como ensino da língua portuguesa para os presos estrangeiros; organização de feiras culturais; e tradução para línguas inglesa e castelhano dos regulamentos que regem a atividade prisional (Secretaria de Administração Penitenciária);

Assegurar o crescimento de visitas de turistas internacionais ao Estado São Paulo, de 2,2 milhões em 2010 para 4,4 milhões em 2014, e criar uma página na internet (site) multilíngue sobre turismo no Estado de São Paulo (Secretaria de Turismo);

Implantar o Centro de Biotecnologia e o Núcleo de Inovação Tecnológica, através de parcerias internacionais, visando o desenvolvimento de pesquisa, ensino e produtos de inovação biotecnológica, bem como aumento de patentes, processos de transferências de tecnologias de produção em biofármacos e parcerias público-privadas (Secretaria da Saúde);